

Reta final para o ajuste

CÉSAR FELÍCIO

BRASÍLIA — A base aliada do presidente Fernando Henrique Cardoso terá dias decisivos no Congresso para a tramitação do ajuste fiscal, na última semana de convocação extraordinária. Amanhã, o Senado deverá votar, em regime de urgência, o projeto que estabelece a cobrança previdenciária dos inativos do setor público. A Câmara deverá marcar a votação dos três projetos que regulamentam a reforma administrativa,

entre eles o que prevê a exoneração de servidores por excessos de despesa.

As duas iniciativas, caso aprovadas, poderão ser seguidas pelos governos estaduais e se transformar em um instrumento poderoso para o reequilíbrio das contas locais, diminuindo as pressões para a renegociação dos acordos de rolagem de dívida com a União.

Os líderes governistas na Câmara poderão ainda alterar o regimento da Casa para acelerar a tramitação

da emenda constitucional que restabelece a vigência e aumenta de 0,2% para 0,38% a alíquota da CPMF, que expirou no último sábado. Pelos prazos normais, a CPMF correria o risco de só ser votada na Casa em abril.

Também deve avançar nos próximos dias outra fórmula imaginada pelos governistas para aliviar a pressão sobre os governos estaduais. É grande a tendência de se alterar a lei Camata, que estabelece sanções contra os estados que comprometerem mais de 60%

de suas receitas com o pagamento do funcionalismo.

A lei começaria a surtir efeitos no final deste ano, mas uma corrente dos governistas quer alterar este prazo, jogando-o para o ano 2000. “Muitos estados não vão ter realmente espaço para cumprir esta condição e a mudança nos prazos da lei pode acontecer”, confirmou o presidente nacional do PSDB, senador Teotônio Vilella Filho (AL), que ressalta contudo que é “impensável” alterar o percentual de 60%.